

PROFISSIONAL JÚNIOR - DIREITO

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

01 - Você recebeu do fiscal o seguinte material:

- a) este caderno, com os enunciados das 70 (setenta) questões das Provas Objetivas e das 2 (duas) questões da Prova Discursiva, sem repetição ou falha, com a seguinte distribuição:

PROVAS OBJETIVAS											
Conhecimentos Básicos						Conhecimentos Específicos					
Língua Portuguesa IV		Conhecimentos Gerais		Noções de Informática II		Bloco 1		Bloco 2		Bloco 3	
Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação	Questões	Pontuação
1 a 10	1,0 cada	11 a 15	1,0 cada	16 a 20	1,0 cada	21 a 40	1,0 cada	41 a 55	1,0 cada	56 a 70	1,0 cada

PROVA DISCURSIVA	
Questões	Pontuação
1 e 2	10,0 cada

- b) um **Caderno de Respostas** para o desenvolvimento da Prova Discursiva, grampeado ao **CARTÃO-RESPOSTA** destinado às marcações das respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

- 02 - Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, notifique o fato **IMEDIATAMENTE** ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, a caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta.
- 04 - No **CARTÃO-RESPOSTA**, a marcação das letras correspondentes às respostas certas deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, a **caneta esferográfica transparente de tinta na cor preta**, de forma contínua e densa. A **LEITORA ÓTICA** é sensível a marcas escuras, portanto, preencha os campos de marcação completamente, sem deixar claros.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

- 05 - Tenha muito cuidado com o **CARTÃO-RESPOSTA**, para não o **DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR**. O **CARTÃO-RESPOSTA SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado em suas margens superior e/ou inferior - **DELIMITADOR DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA**.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. Você só deve assinalar **UMA RESPOSTA**: a marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **MESMO QUE UMA DAS RESPOSTAS ESTEJA CORRETA**.
- 07 - As questões objetivas e as discursivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado.
- 08 - **SERÁ ELIMINADO** deste Processo Seletivo Público o candidato que:
- se utilizar, durante a realização das provas, de aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas, relógios não analógicos, *notebook*, transmissor de dados e mensagens, máquina fotográfica, telefones celulares, *paggers*, microcomputadores portáteis e/ou similares;
 - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**;
 - se recusar a entregar o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, quando terminar o tempo estabelecido;
 - não assinar a **LISTA DE PRESENÇA** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA**.

Obs.: O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após **1 (uma) hora** contada a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO PODERÁ LEVAR O CADERNO DE QUESTÕES** e/ou o **CARTÃO-RESPOSTA** e/ou o **Caderno de Respostas da Prova Discursiva**, a qualquer momento.

- 09 - Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES NÃO SERÃO LEVADOS EM CONTA**.
- 10 - Quando terminar, entregue ao fiscal o **CADERNO DE QUESTÕES** e o **CARTÃO-RESPOSTA** grampeado ao **Caderno de Respostas da Prova Discursiva** e **ASSINE** a **LISTA DE PRESENÇA**.
- 11 - **O TEMPO DISPONÍVEL PARA ESTA PROVA DE QUESTÕES OBJETIVAS E DISCURSIVAS É DE 5 (CINCO) HORAS E 30 (TRINTA) MINUTOS**, incluído o tempo para a marcação do seu **CARTÃO-RESPOSTA**.
- 12 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados no primeiro dia útil após a realização das mesmas, no endereço eletrônico da **FUNDAÇÃO CESGRANRIO** (<http://www.cesgranrio.org.br>).

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

BLOCO 1

21

Na hipótese de um empresário licenciar o uso de sua marca a outro e prestar-lhe serviços de organização empresarial, com ou sem venda de produtos, sem vínculo empregatício, tem-se a configuração de um contrato de

- (A) franquia
- (B) distribuição
- (C) compra e venda
- (D) concessão comercial
- (E) representação comercial

22

À luz da Lei nº 6.404/76, é competência privativa da Assembleia Geral

- (A) reformar o estatuto social da companhia.
- (B) examinar as demonstrações financeiras do exercício e sobre elas opinar.
- (C) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e as demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.
- (D) opinar sobre o relatório anual da administração, mediante emissão de parecer fundamentado.
- (E) opinar sobre fraude, erros ou crimes praticados pelos membros dos órgãos de administração.

23

A fim de alavancar seus negócios, a Empresa XML Ltda. pretende captar recursos junto à Bolsa de Valores. Para tal, deverá lançar ações para serem negociadas nesse mercado. Antes, porém, terá que atender a diversas formalidades impostas por Lei específica, notadamente a de assumir a forma jurídica de uma sociedade anônima de capital aberto.

Nessa linha, com base na Lei nº 6.404/76, a hipótese de reorganização societária pretendida pela referida empresa se enquadra como

- (A) consórcio
- (B) cisão
- (C) fusão
- (D) incorporação
- (E) transformação

24

O título de crédito cuja natureza jurídica se amolda exclusivamente como uma ordem de pagamento à vista é o(a)

- (A) *warrant*
- (B) cheque
- (C) duplicata
- (D) letra de câmbio
- (E) nota promissória

25

A Lei nº 6.404/76 dispõe que o consórcio

- (A) dispensa sua constituição mediante contrato.
- (B) dispensa a definição das obrigações e da responsabilidade de cada sociedade consorciada.
- (C) tem personalidade jurídica, respondendo os consorciados de forma solidária às obrigações que venham a ser assumidas por força do referido empreendimento.
- (D) será dissolvido por força da recuperação judicial ou por falência de uma das consorciadas.
- (E) é formado pela participação de companhias e de quaisquer outras sociedades, sob o mesmo controle ou não, para a realização de determinado empreendimento.

26

Nelson, um agricultor, recebe o comunicado de que a sua propriedade foi considerada improdutivo pelo órgão competente para realização de reforma agrária, apesar de não possuir área correspondente a latifúndio.

Nos termos da legislação de regência, caso fossem preenchidos os requisitos objetivos, esse seria um caso de desapropriação por

- (A) interesse social
- (B) modelo urbanístico
- (C) utilidade pública
- (D) segurança nacional
- (E) decorrência de sanção

27

Márcio é servidor lotado em uma repartição onde trabalham cerca de cem pessoas, sendo o quantitativo previsto de cinquenta e cinco. Ao realizar requerimento para fruição de férias, tem o seu pedido indeferido sob o argumento de falta de pessoal no local de trabalho.

Segundo a teoria do ato administrativo, os fatos narrados evidenciam que ocorreu vício no

- (A) tempo
- (B) sentido
- (C) regime
- (D) motivo
- (E) requerimento

28

Mara, conduzindo sua bicicleta, foi atingida por veículo sem motor, puxado por uma pessoa que atravessava a ciclovia. Após os registros de praxe, identificou-se Mara como sendo jurada, prestadora de serviços no Tribunal do Júri local.

Essa função é considerada como sendo de agente público

- (A) político
- (B) efetivo
- (C) colaborador
- (D) putativo
- (E) necessário

29

Mário é usuário dos serviços de transportes públicos. Frequentemente, ele é surpreendido pela notícia de reajuste na cobrança das tarifas de transportes.

Nos termos da legislação de regência, esse critério de revisão tarifária deve ser definido pelo

- (A) usuário, observada a qualidade do serviço.
- (B) contrato, para preservar o equilíbrio econômico-financeiro.
- (C) concedente, ao seu livre arbítrio, dependendo da produtividade.
- (D) conjunto da sociedade, que tem o dever de fiscalizar os serviços prestados.
- (E) Poder Executivo, que deve proceder a leilões para fixação da tarifa mais adequada.

30

Eduarda é estudante do Ensino Médio de uma escola pública de um município do interior do Estado K. Curiosa, frequenta a biblioteca local que, apesar de pouca disponibilidade de material impresso, tem computadores ligados à rede mundial de informação, o que permite buscas sobre qualquer assunto. Preocupada com as obras realizadas pela municipalidade e desejosa de participar da vida pública, apesar da pouca idade, Eduarda consulta pessoas entendidas no assunto que lhe informam estar na Constituição Federal a competência para regular os contratos de obras.

Assim, consoante as normas aplicáveis, cabe a edição de normas gerais ao ente federativo denominado

- (A) União
- (B) Autarquia
- (C) Município
- (D) Estado
- (E) Distrito Federal

31

Gustavo atua como supervisor de logística de uma empresa sujeita ao regime das licitações. Substituindo o presidente da empresa, que se encontra de licença remunerada por seis meses, Gustavo tem necessidade de realizar pequenos trabalhos, com preço certo e com fornecimento de material.

Nesse caso, consoante as regras pertinentes à legislação geral sobre licitações e contratos administrativos, ocorrerá a contratação dos trabalhos necessários pelo regime

- (A) global
- (B) integral
- (C) unitário
- (D) de tarefa
- (E) por diária

32

Epaminondas é gerente executivo de uma empresa pública submetida ao regime de licitações. Por necessidade de serviço, ele deseja adquirir para a empresa um imóvel onde será implantado projeto essencial para o desenvolvimento futuro da mesma. Após pesquisas de campo, verifica que existe apenas um imóvel, localizado em bairro central, que atende a todas as necessidades do projeto. Após regular avaliação, chega-se ao justo preço de mercado.

Nesse caso, consoante a lei geral de licitações e contratos, trata-se de situação de

- (A) liberdade
- (B) arbitrariedade
- (C) dispensa
- (D) inexigibilidade
- (E) discricionariedade

33

Raul é um empresário bem sucedido do setor de transportes. Desejando diversificar suas atividades, procura informações sobre a atividade de combustíveis, ficando impressionado com as modernas pesquisas sobre o tema. Ao analisar as várias opções apresentadas, opta por explorar o biocombustível líquido derivado de biomassa renovável, que tem como principal componente o álcool etílico.

Nos termos da Lei que regulamentou a ANP, o empresário busca atuar no mercado com o produto

- (A) querosene
- (B) etanol
- (C) metano
- (D) carboneto
- (E) gasolina

34

Petrônio, Cássio e Luciano são servidores de escol, integrando a elite do serviço público, com formação superior no Brasil e cursos e especialização no exterior. São considerados profissionais de alto gabarito, respeitados tanto no âmbito da Administração Pública, quanto no da iniciativa privada. Todos compõem a comissão de licitação da empresa YY, sendo responsáveis por inúmeros atos que redundam em contratos, muitas vezes de valores vultosos. Em determinado procedimento, após os trâmites de estilo, chegam ao resultado final, encaminhando os autos do procedimento licitatório à autoridade superior competente para finalizar o percurso que, prontamente, como em tantas outras ocasiões, homologa o ato de resultado final da comissão.

Feito isso, a consequência natural consiste na

- (A) remição
- (B) indenização
- (C) responsabilização
- (D) patrimonialização
- (E) adjudicação

35

Uma empresa pertencente ao ramo de petróleo e gás presta serviços para diversas empresas, inclusive algumas controladas pelo Estado. Passando por dificuldades financeiras, não consegue realizar atos inerentes a sua atividade e tem seu pedido de falência requerido por um credor quirografário.

Nesse caso, segundo as regras do Decreto nº 2.475/98, deve ocorrer a(o)

- (A) suspensão da inscrição do registro de cadastro de licitantes
- (B) fiscalização do registro de inscrição no cadastro de licitantes
- (C) cancelamento da inscrição do registro de cadastro de licitantes
- (D) descredenciamento decorrente da ausência de registro de inscrição no cadastro de licitantes
- (E) monitoramento decorrente do registro de cadastro de licitantes

36

O Código de Defesa do Consumidor estabelece normas de proteção e de defesa em juízo.

Entre essas regras, encontra-se a seguinte:

- (A) A cláusula limitativa de indenizar em situações justificáveis é admitida nas relações de consumo entre o fornecedor e o consumidor-pessoa jurídica.
- (B) A cláusula contratual que estabeleça a utilização compulsória da arbitragem para dirimir conflito consumerista é válida.
- (C) A responsabilidade civil do fornecedor de serviços pode ser excluída pelo caso fortuito, em qualquer hipótese.
- (D) O direito de arrependimento não pode ser exercido por consumidores que adquiram produtos pela Internet.
- (E) O prazo decadencial inicia-se no momento da entrega efetiva do produto ou do término da execução do serviço, caso se trate de vício oculto.

37

Na teoria da responsabilidade civil por risco, verifica-se que

- (A) a obrigação de indenizar somente se afasta em caso de excludente de causalidade ou inexistência de dano.
- (B) a investigação da culpa do agente causador do dano é relevante para o acréscimo do valor da indenização a título de danos patrimoniais.
- (C) a conduta concorrente da vítima é irrelevante para a mitigação do *quantum* indenizatório.
- (D) a responsabilidade dos pais pelos atos dos seus filhos menores é fundamentada na teoria do risco.
- (E) o risco integral implica a admissão de excludentes genéricas da obrigação de indenizar.

38

Caio Mário, artista plástico renomado, residente no Rio de Janeiro, contrata uma sociedade limitada para transportar uma tela de sua autoria para Londres, onde haveria uma exposição coletiva seguida de um concurso que renderia ao artista vencedor um prêmio de US\$ 1 milhão. As partes inseriram no contrato uma cláusula limitativa de responsabilidade, indicando o valor de R\$ 100 mil como limite para o *quantum* indenizatório.

Por causa de um erro na expedição da transportadora, a tela foi enviada para a cidade de Adelaide, na Austrália, o que impossibilitou a participação do artista no concurso.

Em vista do ocorrido, Caio Mário terá direito a uma indenização

- (A) no valor de R\$ 100 mil, limitado ao que dispõe a cláusula contratual do contrato de transporte formulado.
- (B) no valor de um milhão de dólares, a título de lucros cessantes.
- (C) no valor de um milhão de dólares, a título de danos emergentes.
- (D) de danos morais somente, arbitrados de acordo com a extensão do dano psíquico sofrido pela vítima.
- (E) percentualmente proporcional à chance perdida na participação no concurso, a título de perda da chance.

39

Em relação às teorias que fundamentam a desconsideração da personalidade jurídica, considere as afirmativas abaixo.

- I – A teoria objetiva, adotada pelo Código Civil, exige a prova do desvio da finalidade da pessoa jurídica, do abuso da personalidade por parte dos sócios ou administradores e de sua conduta dolosa.
- II – A teoria subjetiva, adotada pelo Código Civil, exige a demonstração de fraude ou de abuso da personalidade, constitutivos de ato ilícito.
- III – A teoria menor sustenta que poderá haver a desconsideração sempre que a personalidade for um obstáculo para o ressarcimento dos prejuízos causados a consumidores (de acordo com o artigo 28, parágrafo 5º, do Código de Defesa do Consumidor).
- IV – A teoria maior, adotada pelo Código Civil, sustenta que poderá haver a desconsideração sempre que personalidade for um obstáculo para o ressarcimento dos prejuízos causados aos credores da pessoa jurídica.

É correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas
- (B) II e III, apenas
- (C) I, II e III, apenas
- (D) II, III e IV, apenas
- (E) I, II, III e IV

40

No regime jurídico das condições, observa-se que a condição

- (A) potestativa é lícita quando estiver sujeita ao arbítrio do devedor.
- (B) fisicamente impossível invalida o negócio jurídico quando sua natureza for resolutiva.
- (C) suspensiva determina a aquisição de uma expectativa de direito.
- (D) resolutiva, sob cuja condição esteja o negócio jurídico, não origina a aquisição plena do direito pelo credor.
- (E) suspensiva, sob a qual esteja o titular de um direito, não pode praticar atos de conservação de seu direito eventual.

BLOCO 2

41

O direito de requerer mandado de segurança, contado da ciência pelo interessado, do ato impugnado, extingui-se-a decorrido o prazo legal de quantos dias?

- (A) 180
- (B) 120
- (C) 90
- (D) 60
- (E) 30

42

À luz do texto constitucional em vigor, a competência para julgar anualmente as contas prestadas pela Presidente da República é atribuída à(ao)

- (A) Câmara dos Deputados
- (B) Senado Federal
- (C) Supremo Tribunal Federal
- (D) Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União
- (E) Tribunal de Contas da União com o auxílio da Comissão Mista dos Senadores e Deputados

43

Determinada pessoa física faz uma consulta jurídica sobre a possibilidade de importar do exterior aparelhos eletrônicos para uso próprio, sem que haja o pagamento do ICMS incidente sobre a operação. A justificativa apresentada é a de não ser contribuinte habitual do respectivo imposto.

Nessa linha, quanto à referida operação, o consultor jurídico deverá responder que

- (A) há incidência do ICMS pela compatibilização com a regra prevista no texto constitucional em vigor.
- (B) há incidência do ICMS, por força da aplicação da legislação municipal pertinente.
- (C) não há incidência do ICMS, por força de regra prevista na Lei Complementar nº 87/96.
- (D) não há incidência do ICMS pela incompatibilização com regra prevista no texto constitucional em vigor.
- (E) não há incidência do ICMS, por força da aplicação de alíquota 0% prevista, de forma unilateral, na legislação estadual aplicável à espécie.

44

De forma regionalizada, as diretrizes e metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e também para as relativas aos programas de duração continuada estarão previstas na Lei de(do)

- (A) Orçamento Fiscal
- (B) Orçamento Bimestral
- (C) Orçamento Monetário
- (D) Diretrizes Orçamentárias
- (E) Plano Plurianual

45

Determinada Lei municipal majorou a alíquota do ISS de 2% para 5% para diversas atividades de prestação vinculadas aos serviços de informática, tais como: análise e desenvolvimento de sistemas, programação, planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas, entre outras que se relacionam a esse setor da economia. A referida Lei, publicada em 02/03/2013, entrou em vigor no mesmo dia da data da sua publicação, resultando, de imediato, em um aumento praticado pela Municipalidade quanto ao valor do ISS incidente sobre a prestação de serviços em pauta.

Nessa linha, com base nas limitações ao poder de tributar, certo é que houve violação ao princípio da

- (A) legalidade
- (B) anualidade
- (C) anterioridade
- (D) uniformidade
- (E) imunidade recíproca

46

É da competência dos Municípios a instituição dos seguintes impostos:

- (A) ITCMD, ISS e IPTU
- (B) ITBI *inter vivos*, ISS e IPTU
- (C) IPI, ITBI *inter vivos*, ISS e IPTU
- (D) IGF, ITCMD, ISS e IPTU
- (E) IGF, ITBI *inter vivos*, ISS e IPTU

47

Por força de Lei estadual, determinada fábrica de cigarros é obrigada a efetuar o recolhimento do ICMS relativo às vendas de cigarros para os seus clientes e a recolher o ICMS com base na estimativa das vendas futuras, a serem realizadas por seus clientes aos consumidores finais.

Tal hipótese configura exemplo de

- (A) responsabilidade tributária do sucessor
- (B) responsabilidade tributária por infração
- (C) responsabilidade tributária de terceiros
- (D) substituição tributária progressiva
- (E) substituição tributária regressiva

48

Determinada empresa de prestação de serviços com atuação no ramo de conservação e limpeza, por meio do seu Departamento Jurídico, pretende questionar a constitucionalidade da majoração da alíquota do Imposto sobre serviços – ISS – de 2% para 5%, incidente sobre a sua atividade econômica. O argumento é que tal cobrança ocorreu no mesmo exercício financeiro da data da publicação da Lei municipal, ou seja, em 03/01/2011, com flagrante violação ao princípio da anterioridade tributária.

Já tendo havido pronunciamento por parte do Tribunal competente reconhecendo a inconstitucionalidade da referida Lei local, em sede de demanda judicial, com base no controle concentrado de constitucionalidade da respectiva Lei, para que o contribuinte possa reaver os valores pagos indevidamente, a maior, desde janeiro/2011, ele deverá propor

- (A) ação de consignação em pagamento
- (B) ação de repetição do indébito tributário
- (C) ação declaratória de inexistência da relação jurídico-tributária
- (D) embargos à execução fiscal
- (E) exceção de pré-executividade

49

Lei estadual publicada em 04/05/2012 disciplinou a impossibilidade de a respectiva entidade federativa efetuar a cobrança de crédito tributário inscrito em dívida ativa com valor inferior a R\$ 300,00.

Nesse caso, tem-se a hipótese de

- (A) moratória do crédito tributário
- (B) transação do crédito tributário
- (C) compensação do crédito tributário
- (D) remissão do crédito tributário
- (E) parcelamento do crédito tributário

50

Uma empresa pretende fazer prova de sua regularidade fiscal para viabilizar a contratação de empréstimos junto a uma instituição financeira, a fim de incrementar projetos de ampliação de suas atividades empresariais. Todavia, há impugnação oferecida pela empresa, com vistas a combater ilegal cobrança de IRPJ no valor de R\$ 100.000.000,00, constante em auto de infração lavrado por auditor fiscal da Secretaria da Receita Federal, cujo processo administrativo fiscal se encontra pendente de julgamento.

Nesse caso, na esfera da administração tributária,

- (A) é impedida a emissão da certidão positiva, com efeito de negativa.
- (B) é permitida a emissão da certidão negativa, válida por 90 dias.
- (C) é permitida a emissão da certidão negativa, válida por 180 dias.
- (D) é permitida a emissão da certidão negativa, válida por 30 dias.
- (E) é permitida a emissão da certidão positiva, com efeito de negativa.

51

Geraldo é credor de um empréstimo contraído por Elisabete no valor de R\$ 200,00. Além disso, a devedora comprometeu-se a entregar ao credor uma peça de porcelana pintada a mão. Houve, porém, o descumprimento das duas obrigações. Proposta a ação devida, houve sentença de mérito reconhecendo a pretensão autoral.

No sistema de classificação das ações, adotado no Código de Processo Civil, a mesma deve ser considerada

- (A) cautelar
- (B) executiva
- (C) condenatória
- (D) constitutiva
- (E) declaratória

52

Sílvio tem um filho de 10 anos de idade. O pai pretende defender a pretensão do garoto relativa à matrícula em escola pública de alto nível, no município em que habitam. Sueli, a mãe do menor, ciente, não se opõe ao pretendido. O pai, assim, propõe, em nome próprio, a ação cabível. O magistrado titular da Vara Cível determina a emenda da exordial para adequação quanto à titularidade da ação proposta.

Nesse caso, a legitimidade para a causa é

- (A) da mãe, pela tradição do sistema e pelo fato de ela ser a responsável pelo lar.
- (B) do genitor, como representante legal do menor.
- (C) do menor, a quem cabe a autoria, sendo representado pelo seu genitor.
- (D) do pai ou da mãe, desde que haja autorização para propor a ação em defesa do menor.
- (E) de ambos os pais, que devem atuar em conjunto na defesa dos interesses do menor.

53

Manoel mantém relação de união estável com Carolina. Após passarem por dificuldades financeiras, os dois resolvem romper a união, partilhando os poucos bens amealhados no curso dos cinco anos de convivência. Após o término do relacionamento, Carolina descobre que está grávida. Após os exames de praxe, ela comunica o fato ao seu ex-companheiro e pede que ele reconheça a criança como seu filho, fruto da união que mantiveram. Manoel nega o pedido, contudo, alegando que não mais teria mantido relações íntimas com sua ex-companheira. Proposta a ação cabível, já nascido o menino, registrado com o nome de Manoel Filho, são determinadas as provas cabíveis, entre as quais o exame de sangue e o exame genético, requisitados por médico nomeado pelo Juiz para analisar o tema.

Nos termos da legislação processual, trata-se de prova

- (A) pericial
- (B) pessoal
- (C) documental
- (D) testemunhal
- (E) instrumental

54

Arquimedes teve seu táxi abalroado por um carro conduzido por Fernando. O veículo, de onde o taxista tirava o sustento de sua família, teve de ser retirado de circulação. Pelos prejuízos causados, Arquimedes propôs ação pelo procedimento sumário, buscando danos morais e materiais, além de lucros cessantes. Citado regularmente, o réu não apresentou qualquer tipo de defesa.

Inexistindo outras provas a produzir, além daquelas carregadas aos autos, consoante o sistema do Código de Processo Civil, deve ocorrer a(o)

- (A) extinção do processo sem exame de mérito.
- (B) declaração de revelia e a suspensão do processo.
- (C) designação de audiência de conciliação e instrução.
- (D) determinação de que haja audiência de instrução e julgamento.
- (E) julgamento conforme o estado do processo.

55

Francisco casou-se com Helena no Canadá, onde anos mais tarde ocorreu o divórcio do casal, por sentença proferida por juiz local. Ao retornar ao Brasil, Francisco apaixonou-se perdidamente por Matilde, levando-o a propor-lhe casamento. Consultando renomado advogado, o rapaz tem ciência da necessidade de homologar a sentença estrangeira do seu divórcio no país.

No sistema atual, a competência para julgar esse caso compete ao

- (A) Supremo Tribunal Federal
- (B) Superior Tribunal de Justiça
- (C) Superior Tribunal Militar
- (D) Tribunal Superior do Trabalho
- (E) Tribunal Federal de Recursos

BLOCO 3

56

Epitácio adquiriu, em leilão público organizado por casa especializada em comércio de objetos históricos, uma obra de arte de origem estrangeira, considerada extremamente rara e cobiçada por vários colecionadores. Após integrar a obra ao seu patrimônio pessoal, ele vem a saber de um movimento para declarar como integrante do patrimônio histórico brasileiro a obra em comento.

Nos termos da Lei que regula o tombamento no Brasil, o ato de integração ao patrimônio histórico brasileiro de tal obra deve ser considerado

- (A) permitido, desde que existente indenização ao proprietário pelo valor de mercado.
- (B) vedado pela legislação especial por integrar patrimônio privado.
- (C) proibido, por ser bem de origem estrangeira, comercializado por casa especializada em comércio de objetos históricos.
- (D) possível, uma vez que o Estado pode desapropriar quaisquer bens.
- (E) possível, desde que destinado a integrar o acervo de museus públicos.

57

A Carteira do Trabalho e Previdência Social (CTPS) é um dos instrumentos mais importantes para proteger o trabalhador na relação de emprego, uma vez que contém os registros das suas relações laborais, com reflexos em direitos previdenciários presentes e futuros.

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, o órgão originário competente para a emissão do referido documento é a(o)

- (A) Secretaria Municipal de Trabalho
- (B) Secretaria da Previdência Social
- (C) Delegacia Regional do Trabalho
- (D) Ministério da Previdência Social
- (E) Instituto Nacional do Trabalho

58

Severino é empregado de um Condomínio que possui vários empregados. Devido às faltas ocasionais ao serviço e à existência de licenças e férias previstas em lei, o número de empregados não é suficiente para preencher o horário de trabalho. A síndica, então, determinou a não ocorrência do intervalo intrajornada para repouso e alimentação.

Nos termos da legislação trabalhista e da orientação jurisprudencial em vigor, o pagamento ao empregado deve ocorrer com acréscimo de, no mínimo,

- (A) 10%
- (B) 20%
- (C) 30%
- (D) 40%
- (E) 50%

59

Jordana tinha contrato de trabalho, com jornada de doze horas de trabalho por trinta e seis de descanso cumpridas pelo período de cinco anos. Após esse período, o seu contrato foi rescindido, não tendo havido pagamento de horas extras.

Nos termos da interpretação adequada aplicada ao tema, verifica-se que

- (A) a jornada de trabalho superior a oito horas é permitida, e as horas excedentes serão pagas como extras.
- (B) as jornadas superiores a oito horas não são autorizadas pelo prejuízo causado ao trabalhador.
- (C) as jornadas superiores a oito horas são vedadas por provocarem diminuição no número de postos de trabalhos e aumento do desemprego.
- (D) as jornadas superiores a oito horas são possíveis, sem limitação, sendo permitido somente o descanso intrajornada.
- (E) o cumprimento de jornada superior a oito horas está vinculado a regime autorizado em lei ou convenção coletiva de trabalho.

60

Alcir é empregado de uma empresa especializada na comercialização de instrumentos para lutas marciais, a qual fabrica alguns dos seus produtos através de unidades de produção espalhadas pelo Brasil. Após longo tempo de trabalho, ele resolve pedir o desligamento da empresa. Por força de política interna, antecipando-se a essa decisão, a empresa decide efetuar a sua demissão sem justa causa, com o pagamento dos seus direitos rescisórios previstos em lei. Ocorre que, seis meses após o seu desligamento, Alcir tem ciência da modificação dos critérios de pagamento do aviso prévio, que passa a sofrer majoração, considerando o tempo de serviço prestado ao empregador. Após tratativas com a empresa, ele tem como resposta a negativa de seu pleito.

Ao consultar especialista em matéria trabalhista, obtém a seguinte resposta:

- (A) A lei trabalhista sempre retroage para beneficiar o trabalhador; assim, o pagamento majorado é devido.
- (B) A modificação dos critérios de pagamento do aviso prévio por lei somente tem efeito após a sua publicação, eficácia e vigência.
- (C) As modificações impostas ao aviso prévio indenizado por lei são devidas somente aos trabalhadores sindicalizados.
- (D) O pagamento do aviso prévio majorado deve ser aplicado às categorias que estenderam o benefício por acordo coletivo depois da vigência da lei.
- (E) Os direitos trabalhistas previstos constitucionalmente são indisponíveis e, majorados por lei, aplicam-se aos trabalhadores, sem distinção temporal.

61

Pedro é técnico em eletrônica e foi contratado por uma empresa para exercer funções em uma de suas unidades no Brasil. Por força da globalização, nessa mesma época, os sócios da empresa adquiriram unidades no exterior. Tendo em vista a sua capacidade técnica, Pedro é convidado para trabalhar no exterior como supervisor de processos, num alto cargo na hierarquia da empresa.

Nos termos da legislação que regula o regime dos trabalhadores contratados ou transferidos para prestar serviços no exterior, Pedro terá garantido

- (A) salário-base estipulado na moeda do país aonde for prestar serviço.
- (B) pagamento realizado em espécie no local de trabalho.
- (C) direito de fruição de férias no Brasil, sob custeio do empregador, após quatro anos de permanência no exterior.
- (D) direito ao retorno para o Brasil, após três anos de permanência no exterior.
- (E) reajustes salariais, com base na variação do dólar no mercado internacional.

62

Carlos, funcionário de uma empresa do ramo de calçados, completou o seu período anual de trabalho, fazendo jus, então, às merecidas férias. Dirigiu-se ao Departamento de Recursos Humanos, onde a gerente lhe apresentou uma planilha com a anotação das faltas ao trabalho no ano aquisitivo. Lá constava um dia para visitar uma irmã em Barbacena; dois dias para acompanhar sua mãe ao dentista e onze dias de licença médica, pelo INSS.

Após esse levantamento, consoante a legislação celetista, a quantos dias de férias Carlos teria direito?

- (A) 30
- (B) 24
- (C) 18
- (D) 16
- (E) 14

63

Tem sido corriqueira a deflagração de greve em diversos setores da sociedade. O líder sindical Terêncio, após o fracasso das negociações coletivas com os empregadores da sua categoria, apresenta indicativo de greve que leva à assembleia dos trabalhadores. Lá o indicativo foi aprovado.

Consoante as normas que regulam o exercício do direito de greve, verifica-se que

- (A) caberá ao Ministério Público do Trabalho, em procedimento preliminar, decidir pela legalidade ou não da greve.
- (B) serão suspensos os contratos de trabalho enquanto durar o período de greve.
- (C) serão rescindidos os contratos de trabalho durante o período de greve.
- (D) estão protegidas as manifestações violentas ou pacíficas dos empregados pela imunidade constitucional que protege o direito fundamental à greve.
- (E) poderão as empresas contratar seguranças e serviços de transporte para compelir os seus empregados a comparecerem ao trabalho durante o período de greve.

64

Os dissídios coletivos constituem instrumento fundamental para a obtenção da paz social no caso de conflitos entre empregados e empregadores.

Esses dissídios são ações coletivas que

- (A) são exclusivas de sindicatos, afastadas as federações e confederações.
- (B) são instauradas pelo Ministério Público do Trabalho, que tem legitimidade ativa para tal.
- (C) têm o pressuposto da declaração de greve da categoria envolvida.
- (D) têm a competência para julgamento concentrada no Tribunal Superior do Trabalho (TST).
- (E) podem sobrepor-se à legislação trabalhista, incluindo limitação e perda de direitos.

65

Sérvio, engenheiro especializado em Segurança do Trabalho, é casado com Aline, médica especializada em Medicina do Trabalho. Ambos são contratados para examinarem se determinadas instalações possibilitam o início de atividade industrial. No curso do trabalho, eles verificam que alguns locais da fábrica, por força de obras realizadas, estão causando risco iminente aos empregados.

Diante dessa situação, à luz das normas aplicáveis ao tema, deverá ser decretada a

- (A) interdição do local, pelo Delegado Regional do Trabalho.
- (B) continuação do trabalho na fábrica, mas com a afixação e a colocação de cartazes com avisos sobre a situação.
- (C) suspensão da obra, após inspeção realizada pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura.
- (D) paralisação dos serviços da fábrica, a mando do Conselho Regional de Medicina.
- (E) suspensão das atividades, no caso de haver algum acidente do trabalho que gere danos ao patrimônio da empresa.

66

Há mais de 10 anos, em período de oito horas diárias, Efigênia vem exercendo um trabalho catalogado como insalubre pelas normas trabalhistas.

Consoante a legislação trabalhista, considerado o agente nocivo de grau mínimo, qual o percentual do adicional incidente sobre sua remuneração?

- (A) 50%
- (B) 40%
- (C) 30%
- (D) 20%
- (E) 10%

67

Após amplos estudos realizados por equipes técnicas dos órgãos competentes, decidiu-se pela instalação de uma Estação Ecológica em determinado local onde vivem algumas famílias há muitos anos, em construções devidamente legalizadas e com títulos registrados.

Nos termos da legislação de regência, em relação aos imóveis localizados no interior da Estação Ecológica, deve ocorrer a

- (A) servidão
- (B) ocupação
- (C) encampação
- (D) desapropriação
- (E) intervenção

68

Após a constatação de um acidente ambiental, diversas associações acorrem ao local para aferir a extensão dos danos causados. Após a inspeção local, alguns representantes dirigem-se ao órgão do Ministério Público com atribuição sobre o local para requerer investigações sobre o evento e determinar as responsabilidades.

Nessa linha, o meio adequado, presidido pelo Ministério Público, para aferição da responsabilidade dos causadores dos danos ambientais é o(a)

- (A) inquérito civil
- (B) conselho de associações
- (C) plenário de promotores ambientais
- (D) comissão de inquérito
- (E) sindicância administrativa

69

No Direito Ambiental, são comuns os acordos com os acusados de infração que, por tal via, são submetidos a condições para restaurar o ambiente degradado.

O instrumento utilizado para tal finalidade é denominado

- (A) acordo extrajudicial
- (B) ato Declaratório Público
- (C) contrato de cumprimento de metas
- (D) termo de Ajustamento de Conduta
- (E) instrumento público de conciliação

70

Cristina, tendo tomado ciência de que determinada empresa estaria poluindo o rio que corta o seu município e que fornece água para a municipalidade, apresenta ação popular para obstar a atividade poluidora. A petição inicial vem a ser distribuída ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca que abrange o referido município. No dia seguinte, o Ministério Público que atua na Comarca propõe Ação Civil Pública com o mesmo objeto, que vem a ser distribuída ao Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca. Regularmente citada, a empresa ré apresenta defesa em que aduz a impossibilidade de duas ações com o mesmo objeto.

Nesse caso, deverá ocorrer a(o)

- (A) extinção da ação mais antiga, que seria a ação popular.
- (B) reunião de ações pela existência de conexão de causas.
- (C) apresentação de exceção de coisa julgada para evitar julgamentos contraditórios.
- (D) estabelecimento de conflito de competência negativo entre os dois Juízos envolvidos.
- (E) julgamento autônomo das duas ações por ausência de incompatibilidade lógica entre ambas.

QUESTÕES DISCURSIVAS

Questão nº 1

Os representantes de um posto de combustíveis, com domicílio em Santarém/PA, foram surpreendidos por reclamação administrativa apresentada por consumidor, que indicava a possibilidade de venda de combustível fora das especificações legais determinadas por normas regulamentares da Agência Nacional do Petróleo (ANP), com sede no Rio de Janeiro. Após o regular processo administrativo, que incluiu visitas de fiscais da Agência estatal, ficou comprovada a regularidade da atuação da empresa. Após um mês da finalização do processo administrativo, o posto foi impedido de realizar negócios na área de combustível devido ao surgimento de registro de suspensão das atividades nos dados cadastrais da ANP. Buscando resolver a pendência pela via administrativa, os representantes do posto não conseguem o seu intento, pois inexistiam informações que tivessem levado àquela sanção tão rígida. Para impedir o fechamento da empresa, motivado por inúmeros prejuízos, o representante legal procurou advogado para solucionar a pendência.

Tendo em vista o que foi relatado, redija um texto em que se contemplem os seguintes aspectos:

- A medida adequada a ser proposta e sua base normativa. (valor: 2,5 pontos)
- O juízo competente e local da propositura da ação. (valor: 2,5 pontos)
- O rito a ser seguido. (valor: 2,5 pontos)
- Os 3 fundamentos da ação. (valor: 2,5 pontos)

RASCUNHO

RASCUNHO

Questão nº 2

Equipamentos que estavam sendo transportados para uma empresa e que seriam utilizados em sua linha de produção foram apreendidos. A alegação da Secretaria de Arrecadação Estadual foi que a nota fiscal que os acompanhava era inidônea, já que não registrava uma diferença de alíquota devida ao Fisco e, com isso, resultava na ausência de recolhimento do aludido imposto. Assim, foi lavrado o auto de infração e realizado o respectivo lançamento.

A empresa, que tem uma encomenda para entregar, vem a constituir um advogado para a defesa de seus interesses. Ciente de que entre a recente data da autuação e sua constituição como patrono da referida empresa transcorreram menos de dois dias, apresente relatório, na condição de advogado chamado a se pronunciar sobre o tema, contemplando, com a devida fundamentação jurídica, os itens relevantes ao enfrentamento da matéria sob análise.

(valor: 10,0 pontos)

RASCUNHO

Continuação da questão nº 2

RASCUNHO